



A CONQUISTA DO “PAÍS DA SOLIDÃO”: LUIZ CARLOS BARBOSA LESSA E A INVENÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

Jocelito Zalla*

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

jzalla@terra.com.br

RESUMO: Neste artigo, proponho analisar o livro **Rio Grande do Sul: Prazer em conhecê-lo**, publicado por Luiz Carlos Barbosa Lessa em 1984. O objetivo é identificar como o autor elabora discursivamente a identidade regional afirmando símbolos como “passado comum”, “ancestrais fundadores”, “paisagem” e “lugares de memória”, “panteão de heróis”, “folclore”, “hábitos” e “costumes”. Trata-se, em suma, de averiguar como a escrita da história é empregada pelo principal teórico do “movimento tradicionalista” para a naturalização de atributos ligados ao modelo identitário romântico do gaúcho a cavalo, o “centauro da Pampa”.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia – Regionalismo – Nacionalismo – Tradicionalismo gaúcho – Identidade social.

ABSTRACT: In this work my intention is to analyse the book called **Rio Grande do Sul: Prazer em conhecê-lo**, published by Luiz Carlos Barbosa Lessa in 1984. The goal is to identify how the author constructs discursively the regional identity, predicating symbols like “commum past”, “ancestral founders”, “landscape” and “places of memory”, “pantheon of heroes”, “folklore”, “habits” and “costumes”. Thus, I want to investigate how the historiography is used by the principal theorist of the “movimento tradicionalista” to naturalize the attributes related with the romantic identity model of “gaúcho”, the “centauro da Pampa”.

KEYWORDS: Historiography – Regionalism – Nationalism – Tradicionalismo gaúcho – Social identity.

A savana se desfralda a perder de vista,
ondulando pelas sangas e coxilhas que
figuram as flutuações das vagas nesse verde
oceano. Mais profunda parece aqui a
solidão, e mais pavorosa, do que na
imensidade dos mares.¹

José de Alencar, 1870

* Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.

¹ ALENCAR, José de. **O gaúcho**. São Paulo/Rio de Janeiro: Saraiva/ INL, 1971, p. 13.

Ainda somos filhos do século XIX. Muito do que constitui a experiência sócio-histórica contemporânea conheceu o mundo a partir das primeiras fábricas capitalistas ocidentais. A expansão industrial não somente consolidou a nova forma de organização econômica baseada na acumulação de capital, mas trouxe consigo novos fenômenos sociais, como o movimento operário, a organização política em partidos e, sem muito tardar, a produção e o consumo de massa. O imperialismo, por sua vez, levou o modelo de vida ocidental para as elites coloniais dos quatro cantos do planeta. Foi nesse momento que outro artefato cultural e político ganhou vida: a nação. Nos acostumamos, desde então, a (nos) pensar em termos nacionais. As lutas e os conflitos, bem como os acordos e as alianças, passaram a girar não mais em torno das dinastias ou casas reais, mas dos estados nacionais. Construimos nossas literaturas buscando a “essência” de nossas nações ou, simplesmente, classificando-as segundo as bandeiras empunhadas por nossos chefes políticos. Em função da nação, remodelamos nossos passados. Desenhamos nossas histórias a partir de genealogias imemoriais que atestam sua antiguidade. Deixamos de ser castelhanos, borgonheses, pomeranos ou correntinos para nos tornarmos espanhóis, franceses, alemães ou argentinos. A pátria, terra de nossos pais, se tornou a grande mãe nação. Aqueles pedaços de chão cuja extensão ou o poderio militar não permitiram uma vida política independente integraram unidades maiores. Os grandes impérios, por sua vez, dividiram-se em nações menores e “politicamente viáveis” ou, ainda, foram separados em regiões administrativas – e culturais – mais próximas do cotidiano dos súditos agora transformados em povo. Nos tornamos, finalmente, castelhanos espanhóis, borgonheses franceses, pomeranos alemães, correntinos argentinos...

Em obra clássica, Benedict Anderson, que define nação como uma “comunidade politicamente imaginada – e imaginada como intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana”², mostra que o amanhecer do nacionalismo está relacionado com a queda, na Europa, de dois grandes sistemas culturais antigos: a comunidade religiosa e o reino dinástico. Mas o nacionalismo só pôde substituí-los como estrutura de referência graças, de um lado, às transformações nos modos de apreender o mundo e, de outro, à expansão do capitalismo. Primeiro, devido ao

² ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia. das Letras, 2008, p. 32.

surgimento de nossa noção de simultaneidade, marcada pela “coincidência temporal” e “medida pelo relógio e pelo calendário”.³ Segundo, porque imaginar-se como nação exigiu das diversas sociedades determinado nível de desenvolvimento econômico e tecnológico, prefigurando o que o autor denominou “capitalismo tipográfico”: de um lado, invenção da imprensa e organização capitalista dos produtos culturais, de outro, o aparecimento do vernáculo administrativo, a alfabetização em massa e a formação de um mercado consumidor letrado.

Mas é Eric Hobsbawm quem historiciza o fenômeno. Assim como a ascensão dos partidos políticos e da luta organizada da classe trabalhadora, o nacionalismo é também fruto da democratização. O período de 1880 a 1914 foi responsável tanto pelo avanço dos movimentos nacionalistas quanto por uma transformação em seu conteúdo político e ideológico. Em sua nova configuração, quatro aspectos chamam a atenção de Hobsbawm: primeiro, o surgimento do nacionalismo e do patriotismo como ideologia encampada pela direita política; segundo, a pressuposição de que o direito de autodeterminação nacional aplicava-se não somente às unidades que demonstrassem viabilidade econômica, política e cultural, mas a toda comunidade que reivindicasse o título de nação; terceiro, a tendência a admitir que tal “autodeterminação nacional” corresponderia à plena independência do Estado; quarto, a nova propensão em definir uma nação em termos étnicos e de linguagem.⁴

Mas a antiga acepção, de contornos mais políticos do que étnicos, ligada aos ideais da Revolução Francesa e do Iluminismo, não perdera seu espaço. Ao contrário, como aponta Anne-Marie Thiesse, combinara-se com a segunda vertente, dita alemã, romântica e reacionária, em diferentes pesos e medidas, para a construção das nações. Concebida no oeste europeu do final do século XVIII, a idéia de nação contestou a antiga sociedade de ordens e o poder monárquico de direito divino ou de conquista que a suportava. Independente da história monárquica, ela preexiste e sobrevive ao príncipe e o que a constitui é “a transmissão, através das gerações, de uma herança coletiva e inalienável”.⁵ A concepção romântica auxiliou, assim, a desenhar o que seria tal

³ ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia. das Letras, 2008, p. 54.

⁴ HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Impérios**: 1875-1914. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006, p. 206.

⁵ THIESSE, Anne Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 15, p. 8, 2001/2002.

patrimônio comum. Tratava-se de inventariar/construir uma série de elementos demarcadores da identidade coletiva: ancestrais fundadores, uma história que estabelecesse a continuidade da nação, uma galeria de heróis, uma língua, monumentos culturais e históricos, lugares de memória, uma paisagem típica, um folclore e, ainda, aquilo que a autora chama de “identificações pitorescas” (modo de vestir, gastronomia, animal emblemático etc.).⁶ Importante notar que, para Thiesse, esta lista prescritiva fora construída ao longo de mais de um século de trocas intelectuais internacionais que possibilitaram um modelo único de produção da diferença verificado em contextos sociais muito distintos.

Este mesmo modelo, em grande medida, fora também responsável pela delimitação das regiões. Aqueles espaços que, pelas vicissitudes da história, não ascenderam à categoria de nação poderiam distinguir-se do todo e reivindicar certa autonomia administrativa, econômica e cultural de acordo com os elementos deste mesmo “check-list” identitário, atualizados, evidentemente, conforme as novas exigências de seu tempo.⁷ Num país de proporções gigantescas como o Brasil, a constante elaboração e ressignificação da nação acaba passando pela afirmação da diferença regional.⁸ O discurso histórico, nesse sentido, cumpre importante papel, pois constrói a nação e a região, bem como suas aproximações e distanciamentos, não somente através do estabelecimento de um passado presente legitimador da continuidade, mas também pelo seu poder de “autenticar” outros signos da identidade coletiva.⁹ Chegamos, enfim, ao nosso objetivo. Este texto analisará como a historiografia de Luiz Carlos Barbosa Lessa concebe gaúchos brasileiros. Devido às

⁶ THIESSE, Anne Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 15, p. 8-9, 2001/2002.

⁷ Como Letícia Nedel aponta, o regionalismo “fundamenta a legitimidade do *caráter regional* por ele inventado (e inventariado) utilizando-se de *estratégias discursivas comuns ao nacionalismo*, em uma lógica ao mesmo tempo integradora e excludente de práticas, ‘traços culturais’ ou personagens sociais específicos”. NEDEL, Letícia Borges. **Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinquenta**. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em História Social). IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 1999, p. 39.

⁸ O romantismo literário do século XIX é apontado por Alexandre Lazzari como a origem de uma forma renitente de representar a nação pela diversidade regional. O autor desenvolve, em sua tese, a análise da elaboração, no período, dos “artefatos culturais” apropriados, mais tarde, pelo regionalismo gaúcho. LAZZARI, Alexandre. **Entre a grande e a pequena pátria: identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)**. Tese (Doutorado em História). IFCH, UNICAMP, 2004.

⁹ Sobre as relações entre a historiografia gaúcha tradicional, os interesses políticos da região e a conformação de símbolos identitários, ver GUTFREIND, Ieda. **Historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992. 164 p.

proporções de um artigo, abordarei em específico o livro **Rio Grande do Sul: prazer em conhecê-lo**, publicado em 1984 como esforço de síntese sobre a história do Estado, em seus três primeiros séculos, identificando como o autor elabora discursivamente a identidade regional afirmando símbolos como “passado comum”, “ancestrais fundadores”, “paisagem e lugares de memória”, “panteão de heróis”, “folclore”, “hábitos” e “costumes”. Trata-se, em suma, de averiguar como a escrita da história é empregada pelo principal teórico do “movimento tradicionalista”¹⁰ para a “naturalização dos atributos associados ao gaúcho e ao Rio Grande do Sul”.¹¹

RIO GRANDE DO SUL: BASTARDO DE CASTELA OU REBENTO LUSITANO?

“Como surgiu o Rio Grande”, diz a inscrição na capa do livro. É essa a história que Barbosa Lessa pretende nos contar: como, nos primeiros três séculos de colonização europeia, construímos uma região brasileira diferenciada, com seus símbolos, hábitos e costumes tão peculiares. Ou, poderíamos dizer também, como lentamente nos tornamos “gaúchos”.¹² Uma comparação com o processo de invenção das nações americanas do século XIX pode ser interessante para pensarmos como a historiografia de Barbosa Lessa conecta-se ao ideário político do movimento tradicionalista que o autor ajudara a fundar. João Paulo Pimenta nos mostra que os projetos de nacionalidade em disputa tiveram que coexistir durante várias décadas com outros opostos, que, inclusive, não endossavam a formação de um pacto político que unisse as diferentes partes da América ibérica. Assim, a elaboração de “mitos de origem” teria uma finalidade claramente

¹⁰ Nosso autor participou do grupo que instituiu o *tradicionalismo gaúcho* como movimento organizado a partir de 1947. Foi um dos fundadores do **35 Centro de Tradições Gaúchas**, em 1948. Militou ativamente nos anos de formação da entidade, foi redator de seu Boletim Informativo e um de seus primeiros “patrões” (título honorífico para o cargo de presidente). Escreveu poesia e música, pesquisou o folclore gaúcho e fixou as “danças tradicionais” em manual, juntamente com João Carlos Paixão Côrtes. Em 1954, defendeu no I Congresso Tradicionalista, na cidade de Santa Maria, a tese intitulada **O Sentido e o Valor do Tradicionalismo**, considerada, ainda hoje, um dos pilares teóricos do movimento. Afastado do tradicionalismo organizado a partir do final da década de 1950, Barbosa Lessa manteve sua interlocução com os militantes e tomou “as coisas do Sul” como foco de sua literatura e, posteriormente, de seus estudos históricos.

¹¹ NEDEL, Letícia Borges. **Um Passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul**. Brasília, 2005. Tese (Doutorado em História). ICH, Universidade de Brasília – UnB, p. 15.

¹² Sobre o processo de ressignificação da palavra “gaúcho”, inicialmente ligada a elementos sociais marginais e marginalizados, que possibilitou sua utilização como gentílico do Rio Grande do Sul, ver GOMES, Carla Renata Antunes. **De rio-grandense a gaúcho – o triunfo do avesso**. Porto Alegre: Editoras Associadas, 2009, 347 p.

política de legitimação das novas unidades criadas: “O passado é reconstruído com forte conteúdo de classe, como obra de elites afirmando-se como fator de viabilização de determinados projetos”.¹³ Nesse sentido, Elías Palti aponta que a história nacional deveria ser escrita como um curso evolutivo pelo qual o princípio que identifica a própria nacionalidade se desenvolveria progressivamente e explicaria seu transcurso efetivo. Tal princípio particular, segundo Palti, deveria ser também reconhecível como universalmente válido: “es decir, encarnar valores incontestables que justifiquen por sí su existencia y su defensa ante cualquier posible amenaza interior o exterior”.¹⁴ Barbosa Lessa escreve em um novo momento, onde a idéia de Rio Grande do Sul, bem como a de Brasil, já está mais do que consolidada. Isso não significa que não esteja em constante re-elaboração. Pelo contrário, a idéia de Rio Grande do Sul balizada na figura *folk* do gaúcho a cavalo, o modelo do “centauro da Pampa”¹⁵, como concebida pelo grupo tradicionalista, é uma das tantas possibilidades em jogo e, portanto, necessita de legitimação.¹⁶ As particularidades gaúchas no Rio Grande do Sul tendem, assim, a serem erigidas como princípios que justificam o seu “regionalismo”, em geral, e a visada tradicionalista deste, em específico.

A segunda edição do livro **Rio Grande do Sul: prazer em conhecê-lo** traz a seguinte apresentação (não assinada) em suas orelhas:

¹³ PIMENTA, João Paulo. **Estado e Nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)**. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 32.

¹⁴ PALTÍ, Elías. **La nación como problema**: los historiadores y la “cuestión nacional”. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 132.

¹⁵ A idealização do gaúcho social da região da Campanha no Estado (fronteira com Uruguai e Argentina) tem sua origem no romantismo literário do século XIX, como apontado em nota anterior. As imagens de um campeiro forte, corajoso e guerreiro, vivendo livre e soberano no lombo de seu cavalo e percorrendo os desertos verdes das coxilhas da Pampa, formação geográfica que se estende do Rio Grande do Sul ao Prata, aparecem pela primeira vez na literatura em **O gaúcho** (1870), de José de Alencar. O modelo é seguido e desenvolvido pela intelectualidade local na mesma década. Mas, como aponta Daysi Lange Albeche, carregada pelo estigma do “gaucho” malo platino, identificado ao bandoleiro, a palavra “gaúcho” só foi associada ao modelo do bom campeiro (que ganharia outras figuras, como o “monarca” ou o “sentinela das coxilhas”) em 1877, com o romance **Os Farrapos**, de Oliveira Belo. Ver ALBECHE, D. L. **Imagens do Gaúcho**: história e mitificação. Porto Alegre: EdIPUCRS, 1996. 152 p.

¹⁶ Já na década de 1920, no Rio Grande do Sul, a literatura regionalista baseada nos moldes românticos começa a ser questionada. Críticos e literatos debatem as possibilidades de continuar a escrita tradicional baseada numa figura social em extinção ou decadência. O romance urbano da década seguinte acaba por centralizar os holofotes da produção literária. Em 1937, Cyro Martins inicia a publicação de sua “trilogia do gaúcho a pé”, onde ataca o mito do centauro e canta as amarguras e misérias do homem do campo contemporâneo. É nesse mesmo período, no entanto, que a idealização do gaúcho a cavalo ganha as páginas da historiografia, onde gera calorosas discussões em torno de sua brasilidade e de suas relações com os países do Prata.

Faz de conta que você está sendo apresentado ao Sr. RS pela primeira vez. Logo se percebe que ele ainda é muito jovem, vigoroso, expansivo e de boa saúde. Esse inesperado acesso de espíritos pode explicar-se pelo tempo, que hoje está muito instável. Puxemos assunto, indagando sobre os pais e avós, sobre a família dele. Provavelmente ele queira desconversar sobre tais obscuros dias de nascimento e infância, mas insista, que vale a pena ouvir a história. Consta que nasceu de uma índia guarani. O pai, um espanhol espadachim, preferiu colher prata em Potosi e se sumiu. Aí um bondoso português se condeou do desguaritado guri e resolveu tomar conta e adotar. Volta o outro pai e começa uma briga sem fim. À medida que a amizade for se solidificando, você descobrirá nele uma série de manias. Mania de comer carne. Andar a cavalo. Sentar-se à beira do fogo em absoluto relax de fazer inveja a um hindu. Tomar chimarrão em sorvos de democracia. E enfeitar seu cavalo com prata – metal que nunca houve por aqui! Seus cantares, suas comidas, seus lazeres. Suas esperanças e desesperanças. Seus amores. Perceberá que, no fundo, RS é um bom rapaz. Digno da gente ajudar em tudo o que for possível. Ele, por certo, agradecerá. E você nunca se arrependerá de tê-lo conhecido.

A divertida brincadeira com o “Sr. RS” é reveladora de muitos dos signos comuns do gauchismo: a jovialidade e a força do estado e, por conseqüência, de seu habitante; o clima difícil; o gosto pela carne sempre em abundância; a simbiose com o cavalo e os cuidados e caprichos com seu amigo; o pouso à beira do fogo de chão; o trago ritual do chimarrão e a “democracia” da estância.¹⁷ Realmente, não encontramos muitas discordâncias quanto a estes elementos no texto de Barbosa Lessa. Muitos deles são pontos nodais da identidade regional do Rio Grande do Sul reafirmados constantemente ao longo do livro. O mais interessante, no entanto, é a filiação apresentada: Sr. RS é um filho de guaranis e espanhóis bondosamente acolhido pela casa lusitana. Até que ponto esta interpretação é comprada por nosso autor? Lembramos que a produção historiográfica da primeira metade do século XX no Estado negou veementemente qualquer laço de dependência entre a formação rio-grandense e a sociedade platina. Ieda Gutfreind identificou duas matrizes interpretativas correntes, desde o final do século XIX, na escrita da história do Rio Grande do Sul, as quais denominou “lusitana” e “platinista”. Ainda que a segunda vertente aceite o papel das trocas (materiais e simbólicas) entre o Estado e os países platinos, ambas afirmam a

¹⁷ Segundo Ieda Gutfreind, a idealização das relações de trabalho na estância (grande fazenda do século XIX) – onde peão e patrão, servidor e proprietário, viveriam em harmonia e igualdade econômica, inclusive – tem seu primeiro momento na **História Popular do Rio Grande do Sul** (1882), de Alcides Lima. A historiografia tradicional do começo do século XX seguiria e desenvolveria o mito da democracia rural no Estado.

brasilidade do gaúcho rio-grandense através de sua origem paulista e açoriana. Um Rio Grande castelhano (ainda que inicialmente) caminha na contramão das interpretações nacionalistas correntes.¹⁸

Mas antes do Rio Grande do Sul, Barbosa Lessa desenha o **País da Solidão**. Quando os europeus aqui chegaram, encontraram distâncias e barreiras. A gente era pouca: índios carijós vivendo dos frutos do mar no litoral norte, ibiraíaras coletores e caçadores nos campos de cima da terra, guainás caçadores no alto do rio Uruguai, güenoas de hábeis boleadeiras predando veados e avestruzes nas campinas de escasso arvoredo. Todos nômades, "não havia o que os fizesse sentar pouso". Mas nas férteis várzeas e margens dos rios Jacuí, Ijuí e médio Uruguai, viviam também grupos de guaranis agricultores. E com os guaranis a primeira referência do autor a um dos maiores símbolos da identidade regional, o chimarrão: "Esses também coletavam as dádivas da natureza, especialmente folhas de erva-mate, que, desidratadas e trituradas, resultavam numa bebida tônica preventiva do cansaço".¹⁹ Tais tribos acolhiam de bom grado quem quisesse se abrigar sob sua cultura, como o fizeram com os tapes. Por conta disto, a terra dos guaranis seria conhecida pelos conquistadores espanhóis como o "País do Tape".

Temos aqui mais do que uma referência ao espaço onde o Rio Grande do Sul se construiria; encontramos uma de suas fontes culturais. A contribuição guarani é reconhecida em diversos momentos pelo autor, mas com uma certa dubiedade, como veremos. Para Barbosa Lessa, outra característica, esta física, marcaria também a história da região e sua gente, pela "introspecção forçada dos grandes isolamentos". O País do Tape era dominado pela solidão: "O país dos horizontes sem-fim, das silenciosas lonjuras, dos gritos sem ressonância".²⁰ A presença da geografia como elemento explicador da formação rio-grandense é constante na historiografia tradicional. Segundo Gutfreind, os primeiros estudos históricos do século XIX – **Anais da Província de São Pedro**, de José Feliciano Fernandes Pinheiro (futuro Visconde de São

¹⁸ Segundo Gutfreind: "As matrizes historiográficas lusitana e platina apresentaram polêmicas entre si, extrapolando o ambiente do Instituto [Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, fundado em 1920] e chegando ao grande público. No entanto, apesar dessas diferenças, ambas defenderam, no pós-1920, uma história político-ideológica de alto teor nacionalista" GUTFREIND, Ieda. **Historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992, p. 25.

¹⁹ BARBOSA LESSA, Luiz Carlos. **Rio Grande do Sul: prazer em conhecê-lo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Globo, 1985, p. 1.

²⁰ Ibid., p. 2.

Leopoldo), e **Memórias econômico-políticas sobre a administração pública no Brasil**, de Antônio José Gonçalves Chaves – forneceram os pontos de vista essenciais sobre a questão e, desta forma, uma perspectiva a ser adotada: “detalhada descrição geográfica, elogios ao clima, às belezas, aos recursos materiais e às potencialidades da área”.²¹ O antropólogo Ruben George Oliven também assinala que a geografia do estado foi utilizada, historicamente, para justificar a diferença da região:

A natureza, ao mesmo tempo que teria premiado os gaúchos com um espaço físico dos mais favorecidos e benéficos às atividades humanas, os teria contemplado com uma posição de difícil acesso, ilhando-os no Continente de São Pedro, e fazendo com que este ficasse isolado por dois séculos do Brasil.²²

Nas palavras de Barbosa Lessa:

Quem quer que descesse por terra da donataria de São Vicente ou da donataria de Santo Amaro, e ultrapassasse a enseada de Laguna, ao entrar no atual Rio Grande do Sul como que entrava em um bolsão geográfico, em uma ‘ilha’ cercada de obstáculos, em um verdadeiro e imenso ‘curral’ formado pela Natureza.²³

Mas nosso autor não tem tantas certezas quanto ao caráter benéfico da natureza às atividades humanas no estado. Pelo contrário, à conquista da solidão se entreporiam diversos obstáculos naturais. A história do Rio Grande do Sul se configura assim, na narrativa de Barbosa Lessa, como um lento processo de conquista e ocupação das distâncias.

Mas voltemos à questão da paternidade. O Tratado de Tordesilhas dava à Espanha o grande quinhão das novas terras. Segundo Barbosa Lessa, tendo ciência desta condição, Portugal jamais tomaria a iniciativa de promover a demarcação ou assentar as torres divisórias do novo mundo. A história do Rio Grande do Sul também passa, inevitavelmente, pela história da América Hispânica; em específico, pela colonização do estuário do Prata e adjacências. Nasceram, com a região, dois outros símbolos da futura identidade gaúcha: a exploração do gado e o uso do cavalo. Espanhóis vindo das Astúrias teriam sido os responsáveis pela introdução dos animais no continente.

²¹ GUTFREIND, Ieda. **Historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992, p. 11.

²² OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo: a diversidade cultural do Brasil-nação**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 62.

²³ BARBOSA LESSA, Luiz Carlos. **Rio Grande do Sul: prazer em conhecê-lo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Globo, 1985, p. 27.

Achando um contra-senso o uso do braço humano para o transporte de bens, procuraram campos propícios para o pastoreio:

Foram finalmente encontrados, com extraordinário verdor, abaixo de Salta e a leste de Tucumã – vale dizer, na borda oeste do pampa argentino. Ali se introduziram éguas, jumentos, cavalos, bois, ovelhas, tudo o que pudesse aproveitar um pastizal tão rico.²⁴

A disseminação dos animais fora rápida, chegando à borda leste do rio Paraná. Numa última etapa, foram levados, à mando do Governador Hernandarias de Saavedra, para a desabitada “Banda Charrua” (atual República do Uruguai) para que ali se reproduzissem e permitissem suprimento de carne às gentes de Buenos Aires. Enfim, o rebento parece ser castelhano. No entanto, para Barbosa Lessa, Portugal esteve presente, em alguma medida, desde a concepção do nascituro. O desinteresse português fora, na verdade, fruto da dificuldade em estabelecer seus marcos na região. O próprio nome registrado pela cartografia contemporânea fora contribuição tanto hispânica quanto lusitana. Em 1530, chegam na saída da laguna dos Patos os exploradores Martim Afonso de Souza e seu irmão Pero. Julgando tratar-se de um rio e em homenagem ao irmão, Martim Afonso batizou-o como rio de São Pedro. Olhando a entrada da laguna, de longe, os espanhóis também acharam tratar-se de um rio e deram-lhe o nome de Grande. Assim: “[...] ficaram aparecendo os dois nomes. O português, São Pedro, e o espanhol, Rio Grande. Quando não, São Pedro do Rio Grande ou Rio Grande de São Pedro”.²⁵

Já a origem indígena acaba sendo relativizada, pois, para o autor, ao contrário das cidades incásticas, “aqui havia apenas palhoças de índios nus em atrasadíssimo estágio da pedra polida, sem nenhuma vontade de produzir além do simples nível de subsistência e jamais entendendo por que motivo alguém deveria trabalhar em benefício de outrem”.²⁶ O ranço evolucionista demonstrado não parece combinar com as diversas passagens onde o elemento indígena é, inclusive, reverenciado. Todavia, justifica a primazia dada a uma terceira classe de homens que surgia da interação das três culturas e que, com o passar do tempo, se combinaria com o português para formar o povo do

²⁴ BARBOSA LESSA, Luiz Carlos. **Rio Grande do Sul**: prazer em conhecê-lo. 2 ed. Rio de Janeiro: Globo, 1985, p. 9.

²⁵ Ibid., p. 14.

²⁶ Ibid., p. 13.

Rio Grande do Sul: o gaudério, *gauche*, ou, mais tarde, gaúcho. Sua procedência é marginal, como narra Barbosa Lessa:

À frente do estagnado porto de Buenos Aires, do outro lado do estuário, na banda oriental do rio Uruguai ou Banda dos Charruas – onde os gados introduzidos pelo Governador Hernandarias iam gradativamente se reproduzindo – não havia ainda nenhum estabelecimento fixo espanhol. Todavia, a introdução do cavalo começava a mudar os hábitos das tribos andarilhas. A galope, as boleadeiras já deixavam de caçar avestruzes e veados para caçar gordos bois ‘chimarrões’ (selvagens) nos ‘campos realengos’ (do patrimônio do Rei). Também alguns espanhóis dos povoados do rio Paraná começam a trilhar, aventurosamente, aquelas planícies sem-fim onde a subsistência se garante pela carne fácil. Nem ‘accioneros’ nem ‘faeneros’, espontaneamente surgia uma terceira classe de homens, à margem do rei e da lei. Muito pouco numerosos, ainda, mas já com seu lugarzinho assegurado na História do futuro. Do ajuntamento de brancos com as índias vão nascendo piás (*che piá*, meu coração), que ao crescerem serão chinás e chirus (*che iru*, meu amigo). Quando eventualmente contratados pelos accioneros ou faeneros para algum serviço de caça ou coureada de bois, ganham um nome: ‘changadores’. Mas preferem viver sem fazer nada, cavalgando sem rumo, andarengos sem casa mas com a carne garantida para o espeto. Pouco se preocupam com o futuro, ou quem sabe nem tenham uma noção sobre o amanhã. Por causa desse viver de gáudio, de despreocupação, de gozo, ganham outro nome: ‘gaudérios’.²⁷

Filhos da solidão, num futuro não muito distante, serão também os seus dominadores.

Quanto aos portugueses, aos poucos chegam às paragens sulinas por vias terrestres ou descendo o litoral. Com a unificação ibérica de 1580, não precisam mais respeitar a velha linha de Tordesilhas: “os moradores do litoral vicentista já descem pela praia até além da ilha de Santa Catarina e vão caçar índios carijós e vendê-los para os plantadores de cana da Capitania Real do Rio de Janeiro”. De outro lado,

os moradores da vila espanhola de São Paulo de Piratiningua vão igualmente caçar índios guaranis nas cabeceiras do rio Tietê ou do rio Paranapanema (já em área além-Tordesilhas) para identicamente vendê-los, à razão de 100\$000 réis por ‘peça’.²⁸

Em meio a esta confusão, a **Companhia de Jesus**, centralizada na residência de Córdoba de Tucumã, inicia o processo de conquista espiritual dos indígenas,

²⁷ BARBOSA LESSA, Luiz Carlos. **Rio Grande do Sul: prazer em conhecê-lo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Globo, 1985, p.17.

²⁸ Ibid., p. 21.

estabelecendo paróquias fixas em que seriam agrupadas as aldeias nativas aos moldes dos municípios espanhóis.

Neste ponto, três grupos de “ancestrais fundadores” que delineariam o passado comum dos atuais habitantes do Rio Grande do Sul já foram-nos apresentados – índios (principalmente guaranis), espanhóis e portugueses. A paisagem, como vimos, é uma peça-chave anterior e, por isso mesmo, condicionante deste passado e da sociedade dele derivada. Mais interessante é notar como todos os principais símbolos da identidade regional foram também introduzidos: a exploração do gado, o animal emblemático (cavalo) e a bebida típica (chimarrão). O tabuleiro fora montado contendo desde a origem as principais peças do jogo identitário. Trata-se, então, de acompanhar seus movimentos e sua evolução, acrescentando, vez por outra, uma figura complementar.

Todavia, o legado indígena ainda é posto em questão. Barbosa Lessa aponta que grande parte dos “sul-rio-grandeses” das missões guaraníticas do território atual do estado foi forçada a deixar a região devido aos ataques bandeirantes dos hispano-lusitanos de Piratininga. Vão-se as gentes, ficam os gados. Um novo capítulo da história agrária que condicionaria a construção do Rio Grande do Sul é desenhado (lembrando em muito o episódio da implantação e disseminação de gaderia na pampa pelos espanhóis das Astúrias, mas de diferente implicação, como veremos abaixo): a formação das **Vacarias Del Mar**. Trata-se de um grande rebanho que seria a principal fonte de exploração econômica do estado:

a apressada fuga dos tapes viria a gerar, com o correr do tempo, a maior riqueza do Rio Grande do Sul, qual seja uma multidão de bois, aqui deixados e que se multiplicaram nas pastagens ao sul do Jacuí até a lagoa dos Patos, lagoa Mirim e pontas do rio Negro.²⁹

São três os desdobramentos possíveis deste marco: a) fixa-se o vínculo quase eterno do estado com a exploração do gado; b) deslocando-se a responsabilidade pela introdução dos animais no território em mais de um século, do envio deliberado do governador de Buenos Aires para o abandono dos guaranis fugidios, deslocam-se,

²⁹ BARBOSA LESSA, Luiz Carlos. **Rio Grande do Sul: prazer em conhecê-lo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Globo, 1985, p. 33. Cabe salientar que a historiografia acadêmica contemporânea também estabelece o episódio como marco fundador do Rio Grande do Sul. Vejamos Sandra Jatahy Pesavento. Segundo a autora, após o último combate entre bandeirantes paulistas índios missionários em 1640, os jesuítas “retiraram-se para a outra margem do Uruguai, levando os índios mas deixando o gado que criavam nas reduções”. Estes rebanhos, abandonados no pampa e reproduzidos livremente constituiriam, segundo a autora, “o fundamento econômico básico de apropriação da terra gaúcha: a preia do gado xucro”. PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 9 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002, p. 9.

também, os hábitos e costumes gerados pela atividade a um período em que a presença lusitana já se faz marcante, enquanto a espanhola tende a desaparecer; c) pode-se, ainda, anular a participação do elemento indígena na formação do sul-rio-grandense. Todavia, a terceira assertiva, como dito, é bastante dúbia na escrita de Barbosa Lessa. O próprio gado xucro mostra-se motivo para um pacto entre os minuanos, um povo autóctone nômade que resistiu à conquista espiritual hispânica empreendida pelos jesuítas, e os exploradores portugueses:

Critóvão Pereira, aproveitando-se do ódio dos minuanos à Espanha em razão da recente hecatombe do rio Ji [batalha que terminara com a **Confederação dos Güenoas** em 1702, dizimando cerca de dois mil indígenas] firma aliança com estes nômades, aplicando-os na caça e coureada dos gados chimarrões.³⁰

Décadas depois, no entreposto português no Rio da Prata, a **Colônia do Santíssimo Sacramento**, nova aliança para reocupar a praça que estava até então em mãos espanholas:

Mas desta vez Portugal traz, além de soldados e canhões várias famílias de colonos do arquipélago de Açores, com seus filhos, suas tradições e suas sementes de trigo. Vem com a determinação de *ficar*. Reforça as muralhas da cidadela, reata as relações com os índios nômades e vê nos próprios gaudérios um reforço guerrilheiro para qualquer eventualidade.³¹

Tais grupos nômades mostram, também, apoio aos espanhóis que, para fazer frente à Colônia, constroem Montevidéu. Quatrocentos soldados e cinquenta famílias de agricultores das Ilhas Canárias chegam ao novo posto e “trava-se, lentamente, o relacionamento entre os colonos canários e o grupo de gaudérios”. Do encontro, começa a desenhar-se o vocábulo “gaúcho”: “Lá, nas Canárias, dava-se o nome de ‘guanches’ aos habitantes autóctones. E o nome se transplanta para cá. ‘Guanches’, os autóctones sul-americanos que andejam pela solidão [...]”.³² Já a primeira referência à miscigenação no texto de Barbosa Lessa surge por conta do relato das deserções de soldados portugueses que serviam ao Governo Militar da Ilha de Santa Catarina e que deveriam guardar a nova guarnição portuguesa implantada na barra do Rio Grande para dar suporte à Colônia do Sacramento: “os praças continuaram desertando, já que,

³⁰ BARBOSA LESSA, Luiz Carlos. **Rio Grande do Sul**: prazer em conhecê-lo. 2 ed. Rio de Janeiro: Globo, 1985, p. 17.

³¹ Ibid., p. 40.

³² Ibid., p. 41.

mulher por mulher, havia as chinas da planície e, churrasco por churrasco, o dos guanches não exigia em contraprestação a rigorosa disciplina militar”.³³ Mas, para colonizar a região com legítimos filhos de Portugal, nasce então outro símbolo da formação sul-rio-grandense, a grande fazenda ou “estância”:

Um pouco menos desbravados que os soldados sentiam-se os desbravadores que, atendendo a estímulo do capitão-general de São Paulo, haviam topado o desafio de constituir casa e fazenda nos campos do Viamão, sob promessa de que após cinco anos de ‘estança’ – isto é, de permanência – adquiririam seus títulos de propriedade ou cartas de sesmaria.³⁴

E com ela, a solidão começara a ser conquistada pelos portugueses. No litoral norte, apesar das agruras da natureza, construíam-se povoados desde a paragem do Quintão até a lagoa dos Barros, Santo Antônio da Patrulha e freguesia de Nossa Senhora da Conceição do arroio Caleira: “com alegria vinham chegando mais alguns tramontanos, alentejanos, minhotos, madeirenses, principalmente paulistas e lagunistas, para amalgamarem nesta região a base do povo sul-rio-grandense”.³⁵ O rebento castelhano se revela, enfim, um temporão lusitano.

A partir de então, a contribuição espanhola, assim como a indígena, passa a ser minorada. A colonização tem que seguir com gentes de além-mar. Grupos de colonos açorianos passam a chegar no território e adentram o continente pela laguna dos Patos. Com o tratado de 1750, Espanha e Portugal trocam a Colônia do Sacramento pelos setes povos orientais das missões guaranis. A população indígena, que deveria desalojar suas cidadelas, resiste militarmente, mas é vencida por forças lusitanas e espanholas unidas. Parte dos colonos açorianos com destino à região acaba assentando-se nas margens do estuário do Guaíba, fundando o “Porto dos Casais”, futura cidade de Porto Alegre. Outra parte edifica o povoado de Rio Pardo, a meio caminho das missões. Apesar de dirimir a participação indígena na construção do Rio Grande do Sul, Barbosa Lessa aponta que, finda a **Guerra Guaranítica**, setecentas famílias missionistas foram levadas para Rio

³³ BARBOSA LESSA, Luiz Carlos. **Rio Grande do Sul: prazer em conhecê-lo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Globo, 1985, p. 47.

³⁴ Ibid., p. 48.

³⁵ Ibid., p. 52.

Pardo e para as imediações de Porto Alegre, instituindo uma nova capela para abrigá-las – a aldeia de Nossa Senhora dos Anjos, hoje cidade de Gravataí.³⁶

Da articulação destas gentes nascem os primeiros sul-rio-grandenses verdadeiros: “Entrecruzam-se as famílias e vai surgindo a primeira geração de autênticos ‘continentinos’, isto é, nascidos no Continente”.³⁷ A esta altura, Barbosa Lessa põe em risco a própria argumentação em favor dos gaudérios: “A presença da mulher [branca e lusitana] como importante partícipe do processo social vai neutralizando a influência dos guanches e dos demais nômades”.³⁸ Mas isso sem colocar em jogo uma das peças-chave do simbolismo gaúcho contemporâneo: “É bem verdade que o churrasco sangrento continua a ser espetado, com glotonismo, no fogão dos quartéis e acampamentos”. No entanto, com a presença da mulher lusitana, a culinária sul-rio-grandense ganha novas formas e sabores. Um bom momento para nos apresentar o cardápio que assumiria, futuramente, o lugar de “comida típica gaúcha”:

Da adaptação da gastronomia açoriana ou tramontada para as condições locais, surgem as primícias da culinária jacuiense. Manteiga e queijo. Pão de milho, beiju, broa de polvilho, bolinho de coalhada. Milho verde, quirera, paçoca, humita de milho, pipoca e farinha-de-cachorro. Quibebe de abóbora. Da outra banda do Atlântico vieram a salsa, o louro, o alecrim e a manjerona; para aqui se encontram com o feijão preto, o feijão mexido, a sopa de feijão. Com as criações de terreiro, surge a galinha cozida, assada ou ao molho pardo; o leitãozinho assado, queijo-de-porco, torresmo, sarrabulho, morcilha preta, morcilha branca e lingüiça. Da fatura de carne bovina resultam o ensopado de aipim, o cozido com pirão, a rabada, o mocotó, o mondongo, o guisadinho com abóbora ou batata, depois o charque desfiado, o charque frito com pirão. Para os lados do Taquari [rio] já ganham fama o bom mel, a laranja, a tangerina. Para a criançada, fazem-se balas de mel ou guaco; ou uma chupeta de goiabada, em paninho, para o nenê não chorar.³⁹

E a lista continua:

Logo que possível, surge o trigo. E a videira, para o primeiro vinho caseiro”. E as sobremesas? Temos “canjica de trigo, com leite, em prato fundo. Ou uma gostosa e aquecedora canjica de milho com

³⁶ BARBOSA LESSA, Luiz Carlos. **Rio Grande do Sul: prazer em conhecê-lo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Globo, 1985, p. 64-65.

³⁷ A designação de “Continente” às terras que hoje compõem o Rio Grande do Sul se devia a uma oposição à Ilha de Santa Catarina.

³⁸ BARBOSA LESSA, 1985, op. cit., p. 73.

³⁹ Ibid., p. 73-74.

vinho tinto caseiro e uma pitada de açúcar trazido de Santo Antônio da Patrulha.⁴⁰

Se a contribuição biológica do indígena na formação do habitante do Rio Grande do Sul acabara sendo minorada, ainda que contradizendo as evidências apontadas pelo próprio autor, resta à cultura do gado e às faculdades da geografia “agauchar” os lusitanos:

Nos primeiros tempos há muita identidade dessas raízes açorianas com as dos ilhéus que permaneceram, com seus barcos e redes, nas praias de Santa Catarina. Mas, à medida que cresce a nova geração, já é difícil resistir ao atrativo dos campos abertos, das cavalgadas, da lida com os fartos rebanhos.⁴¹

Outro empecilho para a miscigenação seria a situação constante de guerra. Para se tornar um oficial de milícias havia uma série de requisitos que passavam pela propriedade rural, pela charqueada ou pelo comércio próprio, a fim de facilitar o custeio da empreitada. Podendo ser transferido para o exército de primeira linha, toma-se com o jovem oficial a preocupação típica da nobreza metropolitana: “ele terá que defender a condição de homem branco, submetendo-se a uma comprovação de pureza de linhagem em sua ascendência até trisavôs”. Assim, diferentemente de outras partes do Brasil: “aqui a miscigenação racial será muito menos presente. Branco para um lado, negro para o outro. Não vá um mulato se imiscuir na família e pôr abaixo qualquer pretensão de ascensão militar dos filhos e dos netos...”.⁴² Apesar do jocoso tom de reprovação à postura, Barbosa Lessa não contesta o fruto de tal condição - o Rio Grande do Sul é majoritariamente branco e lusitano.

Em 1774, o governador de Buenos Aires, D. Juan de Vértiz y Salcedo, marcha com cerca de três mil soldados em direção à Rio Pardo. Num arrombo de indisfarçável patriotismo, Barbosa Lessa profere: “Mas já então florescia a primeira geração de continentinos, dispostos a defender até o último sangue o pedaço de chão natal”.⁴³ Vencida a batalha pelos filhos de Rio Pardo, a Corte de Lisboa, “dando-se conta de que era mais do que tempo de ajudar aos pobres e humilhados vassallos do Sul do Brasil”, envia novas tropas para Santa Catarina. Em 1777, novo tratado, o de Santo Ildefonso,

⁴⁰ BARBOSA LESSA, Luiz Carlos. **Rio Grande do Sul**: prazer em conhecê-lo. 2 ed. Rio de Janeiro: Globo, 1985, p. 74.

⁴¹ Ibid., p. 74.

⁴² Ibid., p. 76.

⁴³ Ibid., p. 83.

determina os limites dos impérios português e espanhol. Com as demarcações das terras no continente de Rio Grande, registra-se, pela primeira vez, a grafia “gauche” para os andarengos da região: “palavra espanhola usada neste país para designar os vagabundos ou ladrões do campo que matam os touros chimarrões, tiram-lhes o couro e vão vender ocultamente nas povoações”.⁴⁴ Já os lusitanos, continuam avançando as lonjuras e conquistando a solidão. Diversos arraiais nascem na zona sul, confirmando o domínio português e com eles, as charqueadas e a importação de uma nova peça, o escravo negro. Como vimos em citações anteriores, a contribuição negra é, nessa narrativa, equivalente à indígena: útil e importante, mas sem deixar grandes marcas nos agentes dessa história.

Na mesma época, Portugal atinge definitivamente as últimas fronteiras para a formação física do atual Rio Grande do Sul: conquista as missões jesuíticas e expande a presença na região sul, de campanha: “Teoricamente o Tratado de Santo Ildefonso havia fixado fronteiras no rio Piratini e no divisor de águas entre o Jacuí e o Ibicuí, reservando ainda uma faixa de campos neutrais, mas na prática, o espírito lusitano de expansão na área do Prata confirmou seu incorrigível atavismo”. Incorrigível, mas justificado: “Acresce notar que, enquanto os espanhóis viviam relativamente longe, em Buenos Aires ou Montevideu, e deixavam deserta a fronteira, Portugal dava condições para que os próprios titulares de guarnições militares obtivessem sesmarias a um passo dos campos neutrais”.⁴⁵ Em 1807, o Rio Grande se torna Capitania Geral do Rio Grande do Sul. E começa a nascer a “nossa região da Campanha”, a Campanha lusitana, sem muito tardar, brasileira.

O pêndulo parece apontar para uma só direção: cada vez menos espanhol e indígena, o Rio Grande é fruto das gentes lusitanas. Mas não sejamos apressados. Nesse ponto, uma reviravolta narrativa acontece e o autor volta a tratar do elemento gauche, dedicando-lhe um capítulo intitulado “China, galpão e bolicho”. A miscigenação, negada anteriormente, é a atadura que envolve portugueses e gaudérios na composição definitiva do sul-rio-grandense.

Em 1808, o frei João Batista Prazeres entra em desacerto com o novo administrador geral das missões, Capitão João de Deus Mena Barreto, e denuncia seu

⁴⁴ BARBOSA LESSA, Luiz Carlos. **Rio Grande do Sul: prazer em conhecê-lo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Globo, 1985, p. 91.

⁴⁵ Ibid., p. 105.

caso com uma “china do povoado, Maria Salomé: “Para servi-la e cercá-la determinara o comandante que os índios levassem à casa de Salomé tudo quanto havia de melhor para ela, trabalhando sem remuneração de espécie alguma”. Segundo o autor “A partir desse exemplo do próprio administrador geral das Missões, não houve quem impedisse a livre aproximação entre soldados e mulheres índias. O difícil mesmo é que se encontrasse um homem, em suas andanças de fronteira, sem levar uma china à garupa do cavalo”.⁴⁶

Fora tal “promiscuidade”, “explicável pela numerosa população em crescente processo de marginalização da sociedade”, que permitiu o surgimento de um fenômeno tipicamente sul-rio-grandense, o galpão: “Não estamos nos referindo restritamente à construção rústica, para acomodar peões e equipamentos agropastoris, junto à casa-grande de uma fazenda; mais do que isso, queremos enfatizar toda uma gama de relações sociais desenvolvidas em torno do núcleo galponeiro”. Diferentemente de outros pontos do Brasil, no Rio Grande não existe a “instituição dos ranchos” para dar abrigo aos viajantes e seus animais. Então, nas campinas e caminhos do Continente de São Pedro não se cobrava o pouso de ninguém. Todavia, algumas regras deveriam ser seguidas:

Andarengo sem ocupação, forasteiro sem identidade, índio ou chiru, desertor ou tropeiro, cada qual podia se aproximar do galpão, acercarse do fogo-de-chão, tomar seus mates, e ali ficar pousando, ao lado dos peões da estância, por um tempo que geralmente não poderia ultrapassar três dias – de acordo com a tradição dos ‘tambos’ incásicos e missionistas. Além de morada dos peões (necessariamente solteiros), depósito de implementos e algo assim como um clube masculino para as horas de descanso, o galpão também possuía uma estranha característica de albergue dos viajantes humildes.⁴⁷

Dessa forma, Barbosa Lessa aponta para a contradição que permearia a futura história do Rio Grande do Sul: “A família do estancieiro, as moças da casa grande, jamais desciam ao nível do galpão. Por outro lado, a moradia do estancieiro se tornava praticamente inacessível a estranhos”. Assim, convivem aquilo que por muitos autores fora chamado “democracia sulina” (termo não utilizado por Barbosa Lessa, é bem verdade) e um rigoroso patriarcalismo: “Daí o paradoxo de uma super-hospitalidade de galpão – simbolizada pela cuia de chimarrão logo alcançada ao recém-chegado – ao

⁴⁶ BARBOSA LESSA, Luiz Carlos. **Rio Grande do Sul: prazer em conhecê-lo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Globo, 1985, p. 111.

⁴⁷ Ibid., p. 112.

lado de um círculo patriarcal extremamente fechado para quem não fosse parente, compadre ou amigo íntimo”. Falta apresentar um último costume muito típico, “que já teria se configurado nesses primórdios da formação sul-rio-grandense”, as compras dos campeiros no “bolicho”: “Às vezes cavalgando muitas léguas, para adquirem erva-mate, fumo, sal, açúcar, rapadura, um pedaço de tecido, quem sabe lá um espelho ou uma panela”.⁴⁸

Agora sim, assentados todos os principais elementos da cultura do Rio Grande do Sul, há espaço para seus heróis. Cabe ressaltar que o livro de Lessa chega até as vésperas da Revolução Farroupilha, mas não se ocupa do episódio, tido como fonte de mitos e lendas reverenciadas até nossos dias.⁴⁹ No entanto, em capítulo de contexto mundial onde Barbosa Lessa trata da Revolução Francesa, os ideais democráticos de ambos os movimentos são conectados pela associação dos “sans-culottes” aos “farroupilhas”: “A rebeldia tomou uma outra dimensão quando o tribuno Marat e outros liberais exaltados excitaram a emoção dos segmentos populares”. E a ligação: “Então saíram à rua os *sans-culottes*, assim apelidados os homens sem o calção de veludo dos burgueses, sem roupa decente, andrajosos, esfarrapados, farroupilhas”.⁵⁰ No entanto, aquele que se tornaria o maior ícone da epopéia farrapa, o General e presidente da República do Rio Grande do Sul Bento Gonçalves, merece uma menção nas páginas de Barbosa Lessa, onde o autor narra sua incorporação às milícias do Estado.⁵¹ Outros tantos nomes de heróis militares são citados, como o General Joaquim Manuel Curado, o General Manuel Marques de Souza, o então furriel Bento Manuel Ribeiro etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁴⁸ BARBOSA LESSA, Luiz Carlos. **Rio Grande do Sul: prazer em conhecê-lo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Globo, 1985, p. 112.

⁴⁹ Sobre o episódio farrapo como fonte de mitos e símbolos, nos diz Sandra Pesavento: “As proezas dos rio-grandenses na Revolução Farroupilha percorreram o caminho da oralidade à escrita para delimitar, ao longo dos anos, um passado, uma memória, uma história. Com as transposições de uma ‘maneira de ser’ – do acontecimento para a região, da região para os seus habitantes, ou do Rio Grande para os rio-grandenses, homogeneizando grupos sociais, raças e etnias – , todos passam a ser herdeiros das ‘gloriosas tradições de 35’, integrados em uma representação do passado que se converte em patrimônio comum, dotado de forte coesão social e veiculado já na segunda metade do século XIX”. PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Fibra de Gaúcho, tchê! Nossa História*, Rio de Janeiro, p. 44, 2003.

⁵⁰ BARBOSA LESSA, 1985, op. cit., p. 101.

⁵¹ Ibid., p. 130.

Segundo José Carlos Chiaramonte, o pressuposto da nação como um ponto de partida influenciara a historiografia na América Ibérica desde fins do século XIX por meio de duas modalidades: a primeira, direta, é a que põe a nação no começo; a segunda, indireta, é aquela que, tendo corrigido este erro de percepção, continua dominada pela preocupação da gênese da nação de maneira que toda a história anterior à sua constituição se conforma teleologicamente para explicá-la: “Y, de tal modo, permanece un mundo de ‘protonacionalismos’, de ‘antecipaciones’ o de ‘demoras’, de tendencias favorables o de obstáculos a su emergencia”.⁵² Este parece o ser o pecado de Barbosa Lessa. Ainda que, como vimos, o autor busque acompanhar a formação do Rio Grande do Sul e o surgimento de seus principais símbolos de uma maneira processual, manifestando cuidados narrativos que evitam tomar locais e episódios históricos como pertencentes às futuras nações e regiões do Prata, a conquista do País da Solidão é um caminhar em direção ao Rio Grande do Sul gaúcho e lusitano. Nessa construção, a contribuição indígena é minorada com a expulsão dos espanhóis e a negra é sufocada pela presença portuguesa.

Com a invenção da região, temos a formação de sua identidade coletiva, seus símbolos e mitos. O “passado comum” que unifica gaúchos e portugueses (“ancestrais fundadores”) é costurado com a descrição de uma “paisagem” peculiar que, por seus obstáculos e possibilidades, configura “lugares de memória”, abriga “heróis” e condiciona o “folclore”, os “hábitos” e os “costumes” dos habitantes da região. A Campanha, com suas verdes coxilhas, ganha o destaque na geografia, mas o litoral também é lembrado, porta de entrada dos lusitanos. Os heróis são militares que conquistam novos postos e avançam as fronteiras, mas também colonos que trabalham a terra e manejam o gado, ocupando as distâncias e produzindo as riquezas do Rio Grande. O espaço, como a história, oferece-lhes cavalos de boa monta, carne em abundância e, para curar os excessos, a digestiva erva-mate. “Hábitos” e “costumes” são desenhados em função dessa configuração e com tal base o “folclore” só tende a se desenvolver e complexificar-se. Surgem comidas, bebidas, doces típicos, um linguajar regional (*chirú, china, piá* etc), rodas de chimarrão no fogo de chão dos galpões de estância, compras no bolicho... Toda uma série de elementos pitorescos que se tornam signos da identidade regional e de um *ethos* sul-rio-grandense, de um modo de ser

⁵² CHIARAMONTE, José Carlos. **Nación y Estado en Iberoamérica**: el lenguaje político en tiempos de las independências. Buenos Aires: Sudamerica, 2004, p. 21.

gaúcho que reverencia o conhecido modelo romântico do “centauro da Pampa” e se torna matriz do tradicionalismo organizado.

Enfim, os pecados da historiografia se tornam grandes virtudes para a invenção discursiva da região...



www.revistafenix.pro.br